

Eletricidade e Tributação

Respondeu o Centro da Indústria Fabril ao ilustre engenheiro sr. Noé de Freitas, Diretor da Comissão Estadual de Energia Elétrica. E respondeu muito bem, embora sucintamente, encarando, como lhe competia, a inevitável repercussão econômica do proposto aumento de dez por cento em todos os impostos estaduais (excetuado unicamente o de exportação) a fim de ocorrer ao plano de eletrificação do Estado.

E' realmente impressionante a mentalidade fiscal dominante nos homens públicos dêste país. Esquecidos de que os impostos consomem a máxima parte da renda nacional, a única solução que lhes acode à mente, em face de um problema, é agravar os tributos existentes, ou criar tributos novos, muitas vezes disfarçados sob o enganoso nome de taxas. Procedem como se tivéssemos um fundo inesgotável, contra o qual fôsse possível sacar indefinidamente.

Qual seria, com efeito, o resultado imediato do proposto aumento tributário? Um maior encarecimento da vida, que já anda pela hora da morte. Tôdas as classes sofreriam, mas, mais que todas, como sempre sucede com as tributações indiretas, sofreriam as classes proletárias. Que desastrosas repercussões não teria este fato, não somente na vida econômica, mas na vida social do Rio Grande, já tão atribulada? Além dêste aspecto, que é certamente o principal na presente conjuntura, outro põe em evidência a breve resposta preliminar do Centro da Indústria Fabril do Rio Grande. A admirável indústria rio-grandense já está em situação de inferioridade nos mercados consumidores, por causa da sobrecarga tributária. Como poderá ela suportar a concorrência, se ainda a vão agravar com maiores tributos?

Dir-se-á que trará enormes benefícios futuros o sacrifício que ora se pede à população rio-grandense. Ninguém o contesta. Energia abundante e barata é a nossa maior necessidade. Mas, até lá, que sucederá à nossa precária economia? Reduzida quase à inanição, poderá ela refazer-se facilmente?

Há, em nosso entender, um erro essencial no grandioso plano: o de se haver pretendido realizar com recursos que não temos e facilmente poderíamos ter obtido no estrangeiro; com recursos que, ainda quando os tivéssemos, deveríamos reservar para aplicar no desenvolvimento industrial que a profusão de energia haveria de acarretar. Assim, poderemos vir a ter a abundante energia, que já estaríamos fruindo, não fôsse a pobreza dos nossos recursos; mas arriscados estaremos a não ter com que utilizá-la plenamente, quando ela chegar.

Parece-nos, portanto, que oportuno seria rever o plano, em vez de insistir num erro, primeiro, previsto e, agora, reconhecido.